



Opinião
M. Graça Carvalho

Parceiros na construção do futuro da Europa

A União Europeia aprovou o seu maior programa de apoio à investigação científica e inovação de sempre, o Horizonte Europa, que é também o maior existente no mundo. Serão 95,5 mil milhões de euros, dedicados a ajudar-nos a encontrar respostas para alguns dos maiores desafios dos nossos dias.

As parcerias do Horizonte Europa, que absorvem uma fatia importante do programa-quadro, serão o tema ao qual dedicarei muito do meu trabalho no Parlamento Europeu ao longo dos próximos meses. São instrumentos com um enorme potencial transformador, abrangendo desde a investigação fundamental à demonstração em escala real. Mesmo que a escala em causa seja a de um avião Airbus.

Promovem o trabalho em conjunto da indústria e empresas em geral com as universidades e os centros de investigação. É nestas que se encontra o financiamento para o salto tecnológico necessário para a transição verde e digital e para uma maior resiliência da economia europeia.

Estas parcerias abrangem áreas tão diversas como ferrovia, aviação, microeletrónica, supercomputação biotecnologia e economia circular, os medicamentos e a saúde em geral.

Farão a ponte com as estratégias de cada um dos Estados membros e com os fundos europeus, nomeadamente o mecanismo de recuperação e resiliência, sendo por isso um importante promotor de articulação entre as políticas nacionais e as prioridades da União Europeia.



As parcerias do Horizonte Europa promovem o trabalho em conjunto da indústria e empresas em geral com as universidades e os centros de investigação.

Em Portugal, nos anteriores programas-quadro, foram sobretudo as universidades e os centros de investigação que contribuíram decisivamente para que o país se tornasse um beneficiário líquido do investimento em ciência e inovação. Desde o Horizonte 2020, recebemos mais do que investimos. Mas ao nível das empresas o envolvimento continua a ser bastante modesto. Nomeadamente nas parcerias, que têm sido tradicionalmente muito vocacionadas para a grande indústria.

Um dos meus objetivos será contribuir, em Bruxelas, para que estas se tornem mais acessíveis a pequenas e médias empresas. Um passo importante para que países menos industrializados a nível europeu, como o nosso, possam aumentar o seu envolvimento.

Para que isso suceda, é igualmente fundamental que os benefícios da participação nestas parcerias, individuais e para a sociedade como um todo, sejam claros.

É preciso que se saiba, por exemplo, que participar na parceria de Saúde Global será ajudar a responder às doenças infecciosas, da sida a outras pandemias, que constituem ameaças coletivas para a humanidade. Tal como a Iniciativa de Saúde Inovadora pretende promover consórcios entre farmacêuticas, universidades e centros de investigação, de modo a desenvolverem novos métodos de prevenção, diagnóstico, tratamento e gestão de doenças.

É preciso que se saiba que a parceria sobre aviação limpa se destina a ajudar a indústria aeronáutica europeia a tornar os voos comerciais neutros em termos de emissões de CO₂, combatendo as alterações climáticas e ao mesmo tempo preservando o nosso estilo de vida moderno. E que a parceria sobre hidrogénio limpo é a nossa melhor aposta para desenvolvermos a tecnologia que nos ajudará a substituir os combustíveis fósseis.

É preciso, enfim, que se saiba que estas parcerias estão no centro das nossas ambições para atingirmos os objetivos de 2030 em termos de clima e de digital. Sem estas, sem o Horizonte Europa, as grandes batalhas que temos pela frente seriam impossíveis de vencer.

Eurodeputada



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Lisboa vs. Sintra e outros: filho e enteados no acesso a serviços hospitalares

Em 2019, a população do concelho de Lisboa era de 509 515 pessoas (563 312 em 2001); a do concelho de Sintra (onde resido) era de 391 402 pessoas (363 575 em 2001). A tendência é clara – a população residente em Lisboa está a diminuir, enquanto a de Sintra está a aumentar.

Os dados do poder de compra *per capita* mostram que, em 2017, Lisboa tinha um valor de 219,6 (220,2 em 2002), enquanto Sintra tinha um valor de 94,1 (128,6 em 2002).

No que respeita a unidades hospitalares, em 2019 Lisboa tem 33, ao passo que Sintra tem um. Se excluirmos os do setor privado, Lisboa tem 17 hospitais e Sintra tem 0 (zero, não é erro), dados da Pordata.

Aliás, se considerarmos os números de toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML), Lisboa (com apenas 17,7% dos 2 863 272 residentes nesta AML) tem 17 dos 28 hospitais oficiais (não privados). Oeiras e Setúbal têm dois, alguns concelhos têm um e a maioria não tem nenhum. Loures, com 212 523 habitantes, tem um (Pordata). Como se pode ver, em vista das populações respetivas, o município de Lisboa, comparativamente com outros municípios da AML, beneficia de recursos de saúde completamente desproporcionais, enquanto o concelho de Sintra é claramente prejudicado.



O município de Lisboa, comparativamente com outros da AML, beneficia de recursos de saúde completamente desproporcionais.

Cruzando os dados dos números de hospitais com os do poder de compra, a injustiça social subjacente é ainda mais gritante – pessoas mais pobres são votadas ao abandono pelo SNS em termos de assistência hospitalar. Infelizmente nada disto é minimamente compensado, seja com hospitais privados (apenas existe o Hospital CUF Sintra, em Mem Martins), seja com o Serviço de Urgência Básica de Mem Martins (que é mesmo básica, não tendo condições para fazer urgências, diagnóstico ou cirurgia ambulatória), seja com centros de saúde com o mínimo de qualidade (conheço vários – são pardieiros sem recursos e mal geridos).

A situação é tanto mais deplorável quanto as elites de Lisboa nem parecem dar-se conta da situação gerada. Quando apontei a um dirigente lisboeta a inexistência de hospitais públicos em Sintra, disse-me: “Isso não é verdade, vocês têm o Amadora-Sintra!” Ao que lhe retorqui que já antes tínhamos tido o Santa Maria-Sintra. Foi preciso lembrar-lhe que “o hospital Amadora-Sintra fica no concelho da Amadora” para que percebesse...

Entretanto, o hospital de proximidade de sintra parece finalmente ir por diante atenta a menção feita no Orçamento de Estado para 2021. O município disponibilizou (há anos!) o terreno e custeará a empreitada no valor de 40 milhões. O Ministério da Saúde custeará a aquisição, a instalação do equipamento e o seu funcionamento, no valor de 25 milhões. É um pequeno hospital, com apenas 60 camas, feito já a pensar na sua expansão para 180, mas é melhor do que nada. Entretanto, o mesmo Orçamento prevê o novo Hospital de Lisboa Oriental com um custo estimado de 470 milhões...

Se é vero que a existência de massa crítica mínima e economias de escala nunca permitirão hospitais razoavelmente dimensionados em todos os concelhos, o histórico da oferta hospitalar na AML mostra que, para os sucessivos governos – entidade competente nesta matéria –, Lisboa é, desde há muito, um filho diletto, enquanto outros – Sintra, Loures, Cascais, Oeiras – são enteados.

Consultor financeiro e *business developer*
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira